



**GT – “17: Produção e reprodução do espaço urbano – teoria e prática”**

## **REFLEXÕES ACERCA DA URBANOLOGIA PROPOSTA POR MILTON SANTOS**

Renato Balbim

Doutor em Geografia Humana (USP)

Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

[renato.balbim@ipea.gov.br](mailto:renato.balbim@ipea.gov.br)

**RESUMO:** Este ensaio versa sobre o cotidiano enquanto categoria central de análise da urbanologia proposta de maneira exploratória por Milton Santos. Com base também na obra de Ana Clara Torres Ribeiro, reforça-se o uso dessa categoria como mediadora do território. O ensaio propõe fazer uso de sete sinais da potencialidade mediadora do território no período popular da história, conforme proposto por Ribeiro, enquanto chaves analíticas da quinta dimensão do espaço, o cotidiano, acrescentando a intencionalidade como uma oitava chave analítica, compondo assim uma proposta metodológica de análise. Busca-se, ainda, avançar no entendimento do próprio termo/conceito de urbanologia, indicando potenciais de seu uso em contraposição a críticas à noção de urbanismo.

**Palavras-chave:** urbanologia; Milton Santos; cotidiano

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Este ensaio foi construído a partir de reflexões lançadas em publicações prévias escritas por este autor e outros pesquisadores. Tais elementos foram transformados em apresentação feita no 3º Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo (S-PLURAU)<sup>1</sup>, cujo tema foi “Cenários Alternativos de Planejamento Territorial para o Século

<sup>1</sup> O seminário foi fruto de convênio de cooperação entre a Universidade do Vale do Paraíba e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sendo realizado entre 17 e 20 de junho de 2024. A mesa da qual o autor fez parte ocorreu em 18 de junho e foi composta também por Marina Regitz Montenegro (USP) e Rafael Sanzio Araújo

21”. A referida apresentação se deu na mesa “A urbanologia e a formação do período popular da história”, que tinha como proposta tratar do tema inicialmente esboçado por Milton Santos. Amadurecida a fala, compilou-se sua essência na forma deste ensaio.

Retomo abaixo os sete sinais da potencialidade mediadora do território, propostos por Ana Clara Torres Ribeiro, e proponho um oitavo elemento, a intencionalidade, como chaves analíticas do cotidiano, entendido como a quinta dimensão do espaço miltoniano. Em seguida, especula-se como a urbanologia pode contribuir na explicação da contemporaneidade, sobretudo a partir do e no “terceiro mundo”.

Já estaríamos vivendo o período popular da história anunciado por Milton Santos? Os comentários postos incumbem-se de expandir essa discussão apontando possíveis caminhos para o campo da urbanologia.

Para além de apresentar a proposta do ensaio, gostaria de agradecer a Manoel Lemes pelo convite para participar do 3º S-PLURAU e muito especialmente pelo desafio colocado para pensar a urbanologia, sobretudo a partir das práticas profissionais ligadas à gestão pública e às pesquisas aplicadas, e já afastado do habitual debate teórico próprio do contexto acadêmico.

Honrado pelo apontamento que a organização do 3º S-PLURAU faz do recente livro que coordenei – com Mónica Arroyo e Cristine Santiago (*Brasil Popular, Circuitos da Economia Urbana e Políticas Públicas*, cf. Balbim; Arroyo; Santiago, 2023) – como referência crítica para se pensar o tema da urbanologia, prossigo mais um passo nesse debate de ideias.

Para além de recuperar alguns temas e noções identificadas no livro *Brasil Popular*, busco um exercício experimental e ensaístico sobre o tema.

Ao tratar de experimentação, faço aqui referência a outra fonte de ideias e debates para seguir com os ensaios e aprofundamentos sobre o tema da urbanologia. Trata-se de diversos artigos publicados nos seis números da Revista Experimental, resultado de uma coragem ensaística, com o devido rigor teórico e metodológico, de pós-graduandos do LABOPLAN (Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São

---

dos Anjos (UnB). A coordenação foi feita por Manoel Lemes (PUC-Campinas). A gravação encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/live/9OPmn9Mtdao?feature=share>.

Paulo - FFLCH/USP), sob orientação de Milton Santos e Maria Adélia de Souza entre os anos de 1996 e 1999.

Entre os artigos publicados nos seis números da *Experimental*, diversos deles que ainda hoje contribuem com o tema aqui proposto, o mais relevante ao se apontar essa fonte é a orientação editorial da mesma, que buscava junto a dois dos maiores geógrafos brasileiros, pensar livremente a geografia e vislumbrar alternativas de futuro para o desenvolvimento nacional.

## **2. O TERRITÓRIO E A MEDIAÇÃO**

---

Uma primeira exploração sobre a urbanologia será feita a partir do texto “Território Usado e Humanismo Concreto: O Mercado Socialmente Necessário”, da professora Ana Clara Torres Ribeiro (Cf. Ribeiro, 2005).

Nesse texto, Ribeiro aponta de início que o território não constitui apenas uma condição material de análise, reforçando assim seu entendimento também dos trabalhos de Milton Santos ao afirmar que o território é uma categoria mediadora entre o passado e o presente (Santos, 1996).

Nesse sentido, o debate exploratório de ideias apresentado neste ensaio, e reforçando o esforço ensaístico a partir da perspectiva de pesquisador e gestor de política pública, parte do forte entendimento de que o território não é apenas materialidade; ele é em si uma mediação. Notoriamente que aos geógrafos esse paradigma é absolutamente banal, no sentido geográfico do termo, mas o inverso acontece no contexto das políticas públicas, onde o paradigma é a compreensão exclusiva do território como materialidade e palco das ações públicas e privadas.

Constitui resistência a essa compreensão a ação de grupos representados no Estado que reivindicam pautas ditas minoritárias, identitárias, marginalizadas etc., que, ao nascerem das condições críticas de seus cotidianos, incontestavelmente trazem para o debate político a dimensão dessas ações, das mediações entre grupos de poder que configuram um território que é a própria vivência e convivência, nesses casos crítica.

O território constitui, ainda, uma categoria de análise e mediação entre o passado e o presente (Santos, 1987). Pode-se vislumbrá-lo facilmente a partir dos olhos assim treinados de geógrafos, mas também de historiadores, antropólogos e demais cientistas sociais atentos à relação entre seres humanos e seu espaço de vida. Deve-se ainda acrescentar que essa mediação envolve também o futuro, o porvir, todo o conteúdo dos objetos, materiais e imateriais, que modulam as formas de existir enquanto projeto.

É também neste sentido que pensar o urbano como recorte do território, como um recorte do processo de produção do espaço, de constituição de territórios, territorializações e territorialidades, vai além do pensamento urbanístico clássico, baseado no território como palco, como materialidade, aqui e ali visto também por certas áreas das Ciências Humanas como *locus* das relações sociais, mas, ainda assim, pouco esclarecedor frente a outras categorias de análise.

Destaco autores que se debruçaram em especial sobre o espaço como chave de estudo para o urbano. Entendido enquanto produto social e palco da produção e reprodução de grupos conectados por tensões constantes, o espaço na obra de Lefebvre (1968), por exemplo, é interpretado por Flávio Villaça (2011) a partir de lógicas como a de seu consumo por classes trabalhadoras mais e menos favorecidas e também é entendido por meio do postulado da segregação entre burguesia e operariado. Seguindo a tradição sustentada por urbanistas adeptos dessa linha teórica, Erminia Maricato (2014) destaca o “nó da terra”, isto é, a mercantilização do solo – espaço tangível e ao mesmo tempo intangível – e a restrição de acesso à propriedade e à moradia para as camadas populares.

Nota-se que o espaço emerge para esses autores como receptáculo de processos sociais e acaba por refletir condições materiais que a política urbana viria a endereçar – não necessariamente sem o viés da exclusão e do favorecimento a determinados grupos, como ressalta Castells (1972). O território e as mediações que dele partem não são ignorados por autores que operam na chave do espaço, mas o protagonismo é certamente dos atores sociais que produzem e reproduzem o espaço.

São nesses termos iniciais que busco desenvolver um exercício de compreensão da urbanologia, um ramo da ciência que pretenderia entender o processo urbano como parte dessa totalidade, o território, que é também mediação entre passado, presente e futuro.

Futuro aqui, ressalto, compreendido como futuros possíveis, futuros que se apresentam no próprio território, pois o geógrafo, ensinava o Prof. Milton Santos, não faz futurologia (Santos, 2000). Especulações acerca do futuro não caberiam à ciência geográfica, que buscaria através de seu método elaborar cenários possíveis a partir das condições pré-existentes e dos termos contemporâneos dos conteúdos animadores de cada um dos objetos, materiais e imateriais, que compõem a configuração do território.

Sobre o pensar o futuro a partir da geografia, Santos, em seu ensaio no qual aponta a ideia de urbanologia, ressalta a condição do atual período histórico, quando pela primeira vez há uma universalização empírica, ou seja, “é a primeira vez na história do homem, por conseguinte a primeira vez também na história do pensamento, em que o mundo se dá em todos os lugares na sua plenitude das coisas conhecidas — ou não — das relações conhecidas — ou não — como um sistema de dados empíricos (...)” (Santos, 2000, p. 1). Essa condição permitiria, para além das fronteiras, logo no mundo, uma discussão do futuro a partir de uma história concreta, revelando que a ideia de utopia deixa de ter qualquer conteúdo infrutífero.

O futuro, ressalta também Santos nesse ensaio, é um futuro possível, ainda mais possibilitado pela condição empírica universal, das coisas e das relações, estabelecida pelo avanço das técnicas e que permitem a realização de utopias, que deixam de ser vãs.

Nesse sentido, entendo que o principal elemento colocado para pensar a urbanologia, o princípio elementar que busco para jogar luz sobre esse debate de ideias, está vinculado a outra ideia também pouco trabalhada pelo professor Milton, da quinta dimensão do espaço, o aqui já anunciado cotidiano (Santos, 1987).

No texto inicialmente mencionado neste ensaio, Ribeiro (2005) elenca sete sinais da potencialidade mediadora do território no período popular da história, sinais esses que podem ser compreendidos como chaves analíticas da quinta dimensão do espaço, o cotidiano.

O primeiro sinal é de que o território não é apenas a sua materialidade, sua configuração territorial, o esqueleto de equipamentos e infraestruturas, as condições de soberania do Estado, suas fronteiras, etc. O território estaria mais ligado à ideia de nação e da vida de relações. Nas políticas públicas e no debate das ideias, poder-se-ia explorar esse sinal, como já apontado, a partir das pautas minoritárias que traduzem com frequência a ideia do território vivido como essa vida de relações tanto de poder, quanto de solidariedade, pertencimento, identidade, etc.

O segundo sinal envolve a territorialidade, a multiplicidade de formas de apropriação do território, que em determinado lugar e tempo entram em choque, criam tensões, mas ao mesmo tempo são capazes de criar solidariedades e identidades. Esse sinal aprofunda o entendimento anterior e reforça o uso do conjunto de objetos resultante da vida de relações que, na medida dos embates e resistências dos grupos sociais, colaboram para a formação das identidades, e também dos conflitos e das relações de poder, ao longo de determinado período.

O terceiro sinal desta potencialidade mediadora do território – sinais tratados neste ensaio como condições substantivas para se pensar a urbanologia – seriam as práticas espaciais, aquilo que Ribeiro (2005) define como “espessura da vida social” (p. 12459).

Há um amplo debate sobre o tema na produção de Milton Santos a partir de suas leituras do prático inerte de Sartre (2002), mas também da intencionalidade, questões abordadas em minha tese (Balbim, 2003) e que me permitiram uma aventura sobre o cotidiano e certa compreensão disso que Ribeiro trata como códigos de conduta, projetos, espessura social. Estes seriam o resultado das práticas espaciais e, também, dos *habitus*, mas essa discussão ensejaria um novo ensaio.

O quarto ponto aborda o território compreendido através da mediação da cultura. Entendo que o território reúne, forja e é forjado por “potências” no campo cultural. A partir de laços firmados, de lutas travadas, de inovações, da criatividade e de outras ações e estratégias de sobrevivência, evidencia-se, por exemplo, a “centralidade, a luminosidade e a potência das periferias” (Raimundo, 2024, p. 273), inclusive onde o poder público se ausenta. O território, no caso, o território periférico, vai mediar e ser mediado no que se refere à ação de sujeitos que se apropriam dele e que o transformam – as “sujeitas e os sujeitos periféricos” (D’Andrea, 2013).

O quinto sinal é relativo à questão da objetividade e da subjetividade, as coisas nos lugares, ou ainda o debate sobre forma-conteúdo, o objeto, seu conteúdo e as lutas e embates sociais, interações entre os seres e as coisas criando o espaço banal.

Atualmente, permito-me assumir, esse tema está sendo tratado com riqueza analítica e relativa abundante produção por geógrafos dedicados a analisar os objetos tecnológicos que entram em relação uns com os outros, a internet das coisas, assim chamada, e tantos outros objetos que cumprem suas funções a partir de uma profusão de dados e informações coletadas,

analisadas e disponibilizadas de maneira simultânea e instantânea. Como Fábio Tozi (2023), cuja pesquisa analisa os impactos do capitalismo de plataforma considerando a tecnologia – que inclui sistemas, algoritmos, aparelhos e aplicativos – que permite a empresas como a iFood e a Uber gerirem o território e o trabalho.

Em seguida, o sexto ponto elencado por Ribeiro (2005) trata da indissociabilidade entre espaço e tempo, logo do cotidiano, intimamente ligado à reflexão colocada neste ensaio.

Finalmente, o sétimo e último sinal estaria associado à questão da técnica, que Ribeiro trabalha a partir da ideia da escassez e de todas as lutas sociais envolvidas.

Enfim, recupero esses sinais pois cada um deles, (i) o território para além da materialidade, (ii) as territorialidades, (iii) as práticas espaciais, (iv) a cultura, (v) as subjetividades, (vi) a indissociabilidade espaço-tempo e (vii) a análise das técnicas – e aqui reforço a fantástica contribuição de Milton Santos acerca da tecnoesfera e da psicoesfera (Santos, 1996) –, podem ou deveriam constituir elementos-chave ou chaves explicativas de entendimento e análise do *cotidiano*.

Desta feita, aponto elementos para o debate acerca do cotidiano enquanto categoria central de análise do que poderia ser a urbanologia, a partir dos apontamentos iniciais de Milton Santos sobre este conceito e outros elementos que debati durante meu doutoramento (Balbim, 2003).

Santos (1996, p. 257) lembra que o cotidiano de todas as pessoas se enriquece de novas dimensões com o papel atual da informação e da comunicação. “Entre elas, ganha relevo a sua dimensão espacial, ao mesmo tempo que esse cotidiano enriquecido se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal, o espaço dos geógrafos”.

No entanto, essa geografia miltoniana, e por suposto a urbanologia, não teriam prioridade sobre o estudo do cotidiano, uma vez que dele objetivam analisar apenas uma de suas dimensões: a esfera pública e coletiva. Mas a importância atual desse estudo para a urbanologia é crucial.

É a partir do cotidiano que se pode desenvolver com maior propriedade o papel ativo do espaço geográfico, tema fundamental na constituição de uma urbanologia, diferenciação

crucial com o chamado urbanismo e demais ciências que consideram o espaço geográfico um palco inerte ou um depósito de ações.

Sendo o cotidiano compreendido como dimensão do espaço, o espaço banal, esse revelaria os usos e abusos do território – fazendo referência aqui a outra obra fundamental –, e estariam consubstanciados no cotidiano os elementos-chave para a compreensão da mediação entre o passado, o presente e o futuro.

O tempo do cotidiano, que não se trata do tempo presente, pois não é efetivamente tempo, mas sim uma dimensão do espaço, tem como característica ser um constructo social que soma as três dimensões do tempo histórico e linear. É desse tempo cotidiano que parece a urbanologia vir a tratar.

Já no urbanismo, essa dimensão cotidiana é tratada como um tempo mensurável, um tempo linear, a jornada cotidiana de 24 horas. No urbanismo, confunde-se o cotidiano com o presente, um tempo daquilo que é corriqueiro, habitual, ou quando muito um tempo relativo às práticas espaciais. É partindo dessa perspectiva que os modelos urbanísticos, os projetos urbanos, o urbanismo como prática aprendida em manual etc. produziu e produz conhecimentos aplicados e mesmo críticos às políticas de produção das cidades e de desenvolvimento urbano e territorial. O tempo cotidiano, para o urbanismo, é funcionalista, nada mais que a dinâmica das ações cronologicamente organizadas e agregadas ao espaço como uma materialidade, como o suporte de relações.

Destarte, ressalto que, nessa leitura, a quinta dimensão do espaço, o cotidiano, torna-se central para o entendimento da urbanologia, subsidiada pelos sete elementos-chave de análise desse cotidiano apresentados por Ribeiro (2005), e um oitavo.

### **3. A INTENCIONALIDADE COMO CHAVE EXPLICATIVA**

---

Enquanto o tempo presente se esvai, o cotidiano – que, reforço, não é tempo nesses termos – circunda, gira, opera, abarca tanto a impressão do presente, a produção do espaço se dando, como o futuro enquanto intencionalidades e o passado como intenção depositada, ou ainda como o conteúdo dos objetos, das formas construídas, como trabalho morto.

Nessa experimentação, sigo adiante propondo a adição de uma oitava chave explicativa, a da intencionalidade, uma questão, ao que parece, muito própria do tempo atual, muito clara no tempo atual, este tempo da internet das coisas, da Inteligência Artificial (IA), da constituição enfim absoluta de um espaço virtual.

A intencionalidade me parece ser um tema à parte na obra de Milton Santos e, por sua vez, essencial também no pensar a urbanologia.

A intencionalidade é depositada nos objetos no momento da execução do projeto desses. Nesse contexto, a intencionalidade se revela notoriamente nas funções do objeto, mas esta intencionalidade também se encontra associada à criação da necessidade do referido objeto, antes mesmo de o objeto existir. Revela-se, assim, um projeto de interação desse objeto com os demais objetos e, evidentemente, com a sociedade. Um projeto de poder. Um projeto político!

Na presente lógica, a intencionalidade supera a função do objeto e, por vezes, surpreende e cria inovações e funcionalidades não previstas efetivamente. Há nisso um intangível animado do espaço social, que, ao fim e ao cabo, é o território em sua totalidade.

Baudrillard (1993) aborda esta questão, assim como a importância dessas intenções primeiras na criação das necessidades e, poderíamos acrescentar, do valor simbólico dos objetos.

Na integração social em torno do uso dos objetos, entre suas estruturas sociais, psicológicas e técnicas, percebe-se, ao mesmo tempo, transgressão e cumprimento da função primeira de cada objeto.

No atual período técnico, científico e informacional, o que se torna inegável, e por conseguinte em larga medida desmistificador, é a função exata e minuciosa dos objetos mais desenvolvidos tecnologicamente. Todo o sistema de vigilância eletrônica (câmeras instaladas em supermercados, escritórios, bancos, ruas, cruzamentos, túneis, lanchonetes) tem uma nítida função; desde que percebido, o sistema não deixa dúvidas quanto a elas. O objeto é, então, “tecnologicamente mais concreto” devido à sua função ser minuciosamente definida. O que resta saber é: qual o uso feito de tais imagens? Como a existência de tal conjunto é assimilada social e psicologicamente na produção cotidiana do espaço através de suas práticas? É a partir desse segundo questionamento que se pode apreender como determinada prática espacial se

organiza em seus antagonismos sociais. A intencionalidade, frequente em diversos estados mentais (pensamentos, concepções, apropriações, representações, imaginações), é a propriedade pela qual os pensamentos são dirigidos aos objetos e estados de coisas no mundo.

A capacidade de representação de um objeto não é intrínseca a ele. A representação é derivada da intencionalidade da mente, depositada através de projetos técnicos, estruturas sociais, culturas, etc., e capta do objeto as suas características constituintes marcantes. O ato de falar, o uso intencional do meio e do objeto linguagem representa suas predicções e condições de verdade através do estado intencional da coisa que é a linguagem.

A intencionalidade e a funcionalidade são nomeações para o estudo da mediação, ligando homens a objetos e ações. A funcionalidade de cada objeto é a transcendência social de sua função primeira, enquanto a intencionalidade é a maneira pela qual os homens investem no objeto seu conteúdo, ou seja, refere-se às ações práticas de todas as ordens (política, cultural, psicológica, espacial, social) exercidas nas relações entre o ser e as coisas.

O urbanismo trata exclusivamente, quando muito, da funcionalidade, por vezes apenas da função; enquanto uma proposta de urbanologia parece abarcar também a intencionalidade, e com isso colocar a política e o poder como centrais na análise do processo de produção do espaço, e sobretudo, como essenciais na análise desse espaço produzido, cada vez mais exclusivamente pelas grandes corporações, empresas e seus interesses.

A “vida” de relação entre coisas não se dá simplesmente pela funcionalidade dos objetos entrarem em relação. Essa “vida”, essa animação, dá-se antes mesmo que os objetos se realizem, se concretizem, sejam produzidos.

No tempo da internet das coisas e da IA, esse debate se faz fundamental. O presente nos impõe superar o pensamento urbanístico tradicional e pensar uma ciência que trate do cotidiano em um mundo urbanizado e absolutamente urbano.

Nessa perspectiva, o debate sobre a urbanologia, se não é fundamental, é sem dúvida uma oportunidade de ampliar as perspectivas e possibilidades de análise que busquem integrar tais elementos.

É oportuno pontuar, para fins de registro acerca da urbanologia, que autores franceses como Paul Claval e, a partir dele, outros como Merenne-Schoumaker (1983), trazem a ideia da

*urbanologie* enquanto o pensar de um ecossistema urbano, integrando disciplinas no que hoje trata-se a partir dos conceitos de multi, inter e transdisciplinaridade.

Nesse sentido, as propostas francesas se assemelham, ou encontram pontos de contato também com as ideias de Milton Santos, que no seu pensamento não buscava a centralidade de qualquer campo científico, sendo todos complementares a partir de seus métodos e sistemas explicativos. Contudo, no campo da urbanologia, Milton Santos parece ter ido além do pensamento francês, fornecendo possíveis elementos para a compreensão da atualidade.

As coisas, ao contrário do que pensam os urbanistas, diz Santos, são comandadas pela política, logo pelo vislumbrar do futuro que organiza o projeto tecnológico e imbui as coisas de intencionalidades. Diria Santos que, para que as coisas tenham significado social, haveria que concebê-las como algo produzido pela política. Para os urbanistas, especialistas mais dedicados à compreensão das coisas do que das ações, as ações já feitas e depositadas nas coisas podem ter eficácia sobre a vida social, mas são regidas pelas coisas e suas inércias.

Em sua proposição, Santos revela como o controle pelas empresas do urbanismo é fator dos dois pilares organizadores da história da humanidade: a técnica e a política. Na contemporaneidade, a técnica é “altamente científicizada, plena de artificiosidade, plena de intencionalidade, fortemente sistêmica e invasora. E a política, essa que rege as nossas vidas, essa que decide a forma como a técnica impõe-nos o destino” (Santos, 2000, p. 2), se caracteriza também por ser tecnicizada e científicizada, mas sobretudo por ser privatizante, antirrepublicana e anti-cidadã.

A intencionalidade imbuída nos objetos técnicos é fruto desta política, e a urbanologia parece ser proposta como a ciência, ou o campo científico que vislumbra a *urbis*, o processo urbano, a partir de uma visão crítica da política, buscando evidenciar e embutir nos objetos, a partir de uma utopia eficaz, ou uma utopia não vã, as intencionalidades próprias do período popular da história, da realidade dos países do “terceiro mundo”, da resistência dos povos que ao não perecerem, se é que isso será possível, são e serão resistência, futuro e utopia.

#### **4. O MUNDO HOJE**

---

A meu ver, deve-se ter em mente a existência de uma política que prega o desaparecimento do cidadão e sua substituição pelo usuário. Os direitos dos cidadãos foram sendo desvalorizados em favor do usuário, inclusive usuários do urbanismo, que se limita a reivindicar o bom funcionamento dos serviços urbanos, privatizados, evidentemente.

Com a produção do meio técnico, científico e informacional e, mais ainda, com o controle por parte das corporações da capacidade de utilizar esse meio e toda a infinidade de dados e informações que possibilita falarmos de uma empiricização do mundo, a organização da vida social já não é um monopólio em disputa pelo e com o Estado, isso se dá cada vez mais pelas e com as empresas.

A noção de cidadão se resume ao indivíduo usuário que passa a ter seu cotidiano minuciosamente controlado em projetos e modelos de urbanismo baseado em novidades tecnológicas, cidades inteligentes. *Do cidadão imperfeito ao consumidor mais-que-perfeito*, título preciso de capítulo de M. Santos, revela e denuncia essa situação já trabalhada por diversos autores desde a ascendência do neoliberalismo nos anos 1980. O esvaziamento da esfera cidadã, da esfera política e a centralidade do no projeto político tornado global impossibilita a criação do novo, o usuário é “nutrido” por novidades lançadas em ritmo e intensidade precisas pelas corporações, ele reclama e pode, no máximo, subsidiar o aperfeiçoamento do sistema que o subjuga e o coloca na posição de reprodutor da estrutura social implementada.

Segundo Milton Santos (1996, p. 257), a compreensão do conteúdo geográfico do cotidiano poderia contribuir para o necessário entendimento da relação entre espaço e movimentos sociais, “enxergando na materialidade esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação...”, as relações de rupturas e repetições que caracterizam e individualizam cada lugar ao coletivizar suas ações individuais.

A geografia não tem prioridade sobre o estudo do cotidiano, uma vez que objetiva analisar apenas uma dimensão de suas dimensões: a esfera pública e coletiva. Contudo, a importância atual desse estudo para a geografia é crucial. É a partir do cotidiano que se pode

desenvolver com maior propriedade a questão do papel ativo do espaço geográfico na vida de uma sociedade.

Além disso, lembremos que, na apresentação do livro *A natureza do espaço*, Milton Santos diz que o capítulo que trata do cotidiano aponta para uma ruptura epistemológica, “já que se surpreendem evidências da efetividade de contra racionalidades e de racionalidades paralelas, que se levantam como realidades ante a racionalidade hegemônica e apontam caminhos novos e insuspeitados ao pensamento e à ação” (1996, p. 22).

As contra-racionalidades são mais facilmente construídas e vislumbradas a partir do cotidiano, das horizontalidades, normalmente fazendo parte de uma esfera mais lenta de relações no espaço. É por ser assim rico que o cotidiano deve ser analisado.

O estudo da imbricação dos objetos em seu uso cotidiano também revela essa força que nasce nos aléns dos projetos técnicos. Por conta disso, creio que o conceito de intencionalidade ajuda a interpretar o papel ativo das formas geográficas. Afinal, várias ações de contra-poder, ou ações contra-racionais, não nascem simplesmente da intenção de seus atores, mas sim como resultado de suas atuações num palco repleto de intencionalidades, que serão colocadas em sintonia segundo o uso que delas for feito, segundo o projeto de poder, contra racional, em disputa.

Uma questão adicional que pode ser abordada para pensar a urbanologia trata-se do momento em que vivemos – o aqui e agora – e qual força teria a ideia da urbanologia para se pensar o mundo hoje.

A proposição da urbanologia surge no pensamento de Santos (2000) já no período popular história, período esse que o geógrafo observa se avizinhar e que, dada a aceleração em que vivemos, no presente momento já se instalou. Essa presença é hoje percebida nas diversas rupturas paradigmáticas que vivenciamos, nas polarizações, em sistemas de pensamento e sistemas políticos que já não fazem jus à realidade.

Nesse aspecto retomo ideias iniciais sobre urbanologia a partir das contribuições de vários pesquisadores que trabalharam com Milton Santos – direta ou indiretamente. Pudemos nos reunir em 2022, ainda sob o governo Jair Bolsonaro (2019-2023), último ano de efetiva

pandemia, para pensar os circuitos da economia urbana propostos por Santos (1975), buscando superar visões dualistas, neste caso do formal e informal, e debater formas inovadoras de políticas públicas que pudessem efetivamente alcançar os mais pobres, mais vulneráveis, não os subjugando, não os colonizando, não os formalizando, mas respeitando e fomentando suas práticas, seus setores, seus circuitos, incluindo-os no projeto de desenvolvimento da nação.

Disse Ribeiro no texto já citado (Ribeiro, 2005, p. 1259): “do ângulo do ‘homem lento’, as potencialidades mediadoras do território propõem uma compreensão renovada da própria política (...)”.

É neste ponto que a autora define os sete sinais indicados acima, que, com a intencionalidade, comporiam oito, podendo ser ainda mais as chaves analíticas do cotidiano, a quinta dimensão do espaço e, na proposta deste ensaio, a essência da urbanologia.

## **5. A URBANOLOGIA NO “TERCEIRO MUNDO”**

---

Enquanto pesquisador, há tempos desenvolvo nas pesquisas aplicadas e na pesquisa e gestão de políticas públicas (Cf.: Balbim, 2023a; Balbim, 2023b; Balbim & Santiago, 2023, dentre outras) com muitas dificuldades, a proposta de superação da ideia de informalidade, ideia essa que, no limite, veta qualquer forma de transferência de recursos públicos para os mais pobres, ou exclui circuitos inferiores da economia urbana de um projeto efetivo de desenvolvimento do país.

Contudo, como jamais ocorreu, neste período popular da história somos chamados a pensar no cotidiano, nessa quinta dimensão do espaço, nesse tempo que é passado, presente e futuro, simplesmente por não ser tempo, mas sim uma dimensão do espaço, um espaço que é também hoje virtual.

A centralidade do cotidiano nesse período é absoluta. E, desse modo, dadas as profundas desigualdades entre nações e regiões – como o Norte e o Sul Global –, esse cotidiano popular, por assim dizer, se apresenta com maior clareza, com maior acidez, a partir das necessidades e da escassez do antes chamado “terceiro mundo”.

O cotidiano, muitas vezes negligenciável em outras partes do mundo, ou em outros mundos, nessas paragens do Sul se explicita, constituindo muitas vezes urgência!

Nesse “nosso” terceiro mundo que ainda não é completamente organizado a partir das velocidades, das técnicas, de um tempo exclusivamente associado ao capital financeiro; nesse mundo que ainda permite algum espaço para o tempo lento; nesse mundo que ainda une resistência e imaginação; é aqui, nesse mundo, onde o cotidiano revela com maior facilidade de apreensão a profunda densidade de relações entre os seres e os objetos.

É no cotidiano da resistência a um projeto hegemônico do porvir, no cotidiano dos homens lentos, da imaginação, do homem comum, que claramente também está presente em qualquer outro lugar do globo, que novas teorias explicativas podem surgir e novos conceitos se operacionalizar.

A chave para que isso aconteça, e ao mesmo tempo tenha algum impacto na vida das pessoas, está muito menos na teoria, que aqui está sendo experimentada, do que na prática. Assim, a própria urbanologia se insere aqui, ou proponho inseri-la aqui, como uma ideia em certa medida revolucionária.

Uma proposição científica, um campo do conhecimento, um cabedal de noções, conceitos e categorias a ser construído, ou do que quer que seja a urbanologia no papel, é e deve ser antes de tudo um esforço de transformação da ação prática, da política, e em última instância da ideia de democracia que surge há milhares de anos relacionada à pólis, e que deve ser transformada para lidar com o fato urbano em toda a sua atual densidade, a densidade da tecnoesfera e da psicoesfera.

A urbanologia e o debate que se possa fazer sobre o tema deve trazer também o imperativo da responsabilidade com o aprofundamento da democracia, algo que nesse conjunto de ideias pode acontecer apenas a partir do cotidiano.

Uma democracia plenamente participativa e generalizada no conjunto da sociedade, uma utopia da pólis de e para todos, que tem no espaço virtual seu maior potencial de concretização.

Esse espaço foi apropriado pela lógica do isolamento, fundamentalmente instaurada pelo neoliberalismo, mas, nos muitos exercícios de ancorá-lo na concretude do cotidiano, das comunidades, revela facilmente sua essência solidária.

Nesse espaço, em que alguns ensaiam inclusive soluções como a gamificação social, é que o cotidiano enquanto categoria analítica tem potencial de se apresentar de maneira mais tangível.

Assim, entendo que a urbanologia poderia vir se constituir como essa necessária nova economia política da cidade. Uma cidade, um território em sua totalidade, de todos e para todos.

## 5. REFERÊNCIAS

---

BALBIM, Renato. **Práticas espaciais e informatização do espaço da circulação: mobilidade cotidiana em São Paulo**. 2003. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. A Produção Internacional da Ideia de Informalidade Urbana e os “Núcleos Urbanos Informais” no Brasil. **Rev. C&Trópico**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 13–36, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n1>.

\_\_\_\_\_. Como se dividem as cidades? A invenção dos assentamentos informais: notas e conclusões iniciais sobre uma agenda de pesquisa. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, v. 28, p. 21–30, 2023b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/brua28art2>.

BALBIM, Renato; ARROYO, Mónica; SANTIAGO, Cristine. **Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9>.

BALBIM, Renato; SANTIAGO, Cristine Diniz. **TD 2835 - Informal settlements. Da concepção do termo a sua transformação em agenda quente de pesquisa. Análise cientométrica e difusão acadêmica** Texto para Discussão. Brasília. DOI: 10.38116/td2835. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11490/4/TD\\_2835\\_Web.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11490/4/TD_2835_Web.pdf).

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

- CASTELLS, Manuel. **La Question urbaine**. Paris: F. Maspero, 1972.
- D'ANDREA, Tiarajú. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Éditions Anthropos, 1968.
- MARICATO, Erminia. A terra e o nó. *Em: O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 183–188.
- MERENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. La logique des villes. **L'Espace géographique**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 306–308, 1983. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/spgeo\\_0046-2497\\_1983\\_num\\_12\\_4\\_3861](https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1983_num_12_4_3861);
- RAIMUNDO, Sílvia. Movimento cultural das periferias: cultura e práticas políticas. *Em: BALBIM, Renato; ARROYO, Mónica; SANTIAGO, Cristine (Org.). Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2023. p. 261–296. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9>.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. *Em: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. 2005, **Anais [...]**. São Paulo, p. 12458–12470.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo : EdUSP, 1987.
- \_\_\_\_\_. **L'Espace Partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés**. Éditions M.-TH ed. Paris: Génin Librairies Techniques, 1975.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O urbanismo periférico moderno**. Brasília: Docomomo, 2000.
- SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da Razão Dialética**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.
- TOZI, Fábio. O circuito inferior e as novas tecnologias de informação: o capitalismo de plataforma, apropriações, adaptações e limitações. *Em: BALBIM, Renato; ARROYO, Mónica; SANTIAGO, Cristine (org.). Brasil popular, circuitos da economia urbana*

e **políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2023. p. 161–194. DOI:  
<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9>.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011.